



Comissão aprova cotas em universidades federais

Projeto aprovado na quarta-feira pela Comissão de Constituição e Justiça reserva 50% das vagas de universidades e escolas técnicas federais para estudantes de escolas públicas e também estabelece critérios raciais e de renda



José Cruz/Agência Senado

"O Brasil todo saiu ganhando", diz o presidente da CCIJ, Eunício Oliveira (D), sobre a aprovação do sistema de cotas, que teve a senadora Ana Rita (E) como relatora

Mais de 13 anos depois de começar a tramitar no Congresso, projeto que estabelece sistema de cotas para preenchimento de vagas em universidades e

escolas técnicas federais foi aprovado na quarta-feira pela Comissão de Constituição e Justiça. Pela proposta, que ainda passará por outras duas comissões do Senado, pelo menos

50% das vagas serão destinadas a alunos que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas. Também são sugeridos critérios complementares por renda e raça. **5**

Projetos sobre divisão de recursos agora tramitam juntos **2**

Em discussão! será lançada na Rio+20, que começa dia 13

Revista apresentada terça-feira no Senado em evento com a ministra Izabella Teixeira resumiu debates sobre a conferência. **3**

Relator da MP do Código Florestal, Luiz Henrique quer conciliação **3**

Projeto coloca o salário mínimo como piso para auxílio-acidente

Comissão de Assuntos Sociais aprovou a proposta que segue agora para votação na Câmara caso não haja recurso para análise em Plenário. **4**



Genardo Magalhães/Agência Senado

Jayme Campos (D) preside reunião que aprovou piso para auxílio-acidente e discutiu MP sobre remuneração de servidores

Senadores criticam MP que pode reduzir salário de médico

Reunião da CAS anteontem foi marcada por queixas de parlamentares contra medida provisória que trata de remuneração de servidores. **4**



Márcio Kallume/Agência Senado

Walter Pinheiro e Anibal Diniz durante reunião da comissão na quarta-feira

Documento digitalizado também pode ser legal

O documento digital poderá ter o mesmo valor probatório do documento original para todos os fins legais. Projeto de lei da Câmara com esse objetivo foi

aprovado na quarta-feira pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Agora, será analisado pelo Plenário. **8**

Formação na aviação civil preocupa especialistas

Em debate anteontem no Senado, especialistas cobram definição de uma política para formação e capacitação de

trabalhadores para o setor. Representante do governo diz que aviação civil é estratégica para o desenvolvimento do país. **7**



Ana Volpe/Agência Senado

Vincentinho Alves ouve Clarice Bertonni, da Presidência da República: desejo é tornar Brasil "referência internacional"

Lei da Copa prevê meia entrada e libera álcool **6**

Propostas sobre o Fundo de Participação dos Estados e o Fundo de Participação dos Municípios, que são complementares, passam a tramitar em conjunto para serem analisadas de uma só vez

Senado unifica discussão sobre partilha de recursos

OITO PROPOSTAS SOBRE partilha de recursos pelo Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM) passam a tramitar em conjunto no Senado. Os PLSs 192/11, 289/11, 744/11, 761/11, 35/12, 89/12, 100/12 e 114/12, complementares, foram pensados para serem analisados de uma só vez pelas comissões de Desenvolvimento Regional (CDR) e de Assuntos Econômicos (CAE).

A medida, aprovada anteriormente por meio de requerimento de Walter Pinheiro (PT-BA), faz parte da tentativa dos senadores de buscar um entendimento sobre as novas regras para a relação entre União, estados e municípios. Atualmente, há no Senado pelo menos 18 projetos sobre isso.

A solução para o

entendimento entre os entes federativos precisa sair ainda este ano, já que o Supremo Tribunal Federal estabeleceu que as regras atuais do FPE só valem até 31 de dezembro. Se não houver mudanças, os recursos para estados ficarão congelados a partir de janeiro de 2013. Uma comissão de 14 especialistas foi criada para também analisar a questão. Presidida por Nelson Jobim, reúne juristas, tributaristas e cientistas políticos.

Outras propostas

O pensamento dos projetos recebeu voto contrário de Roberto Requião (PMDB-PR), para quem a iniciativa acaba por atrasar a tramitação das matérias já em estágios mais avançados de análise.

Sem acordo e sem quórum para votação, foi adiada para

semana que vem a análise da PEC dos Precatórios (63/11) e da PEC dos Jornalistas (33/09), que estão prontas para exame dos senadores.

Já as propostas que modificam a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do comércio eletrônico, repartindo esse imposto entre estados vendedores e estados consumidores (PECs 56/11, 103/11 e 113/11) seguem contando sessões de discussão para sua votação.

Uma vez incluídas na ordem do dia do Plenário, as propostas de emenda à Constituição devem ser discutidas, em primeiro turno, durante cinco sessões deliberativas ordinárias consecutivas. O período serve também para apresentação de emendas às propostas.

Pedro Taques, Aloysio Nunes, Romero Jucá, Anibal Diniz (em pé), José Pimentel e Benedito de Lira discutem as novas regras para a relação entre União, estados e municípios



Requião lamenta a morte de dom Agostinho Sartori



Roberto Requião (PMDB-PR) lamentou o falecimento do bispo emérito da Diocese de Palmas, no Paraná, dom

Agostinho José Sartori.

— Dom Agostinho não honrou apenas a Igreja Católica; honrou o Paraná e o Brasil. Foi um padre de verdade. Vivia o cristianismo integralmente, nas palavras e ações. A doação de dom Agostinho não conheceu limites. Nada o continha, ele nada temia, nunca mediu riscos pessoais em sua ação evangelizadora — afirmou.

O senador ressaltou o papel de dom Agostinho na CPI da Terra, em 1977, que fez um dos mais completos inventários sobre a questão da terra no país, e seu apoio aos agricultores atingidos pela barragem de Itaipu.

Wellington Dias saúda equipe de futsal de Simões



Wellington Dias (PT-PI) homenageou a equipe de futsal da escola Raul Sérgio, de Simões (PI), vice-campeã

das Olimpíadas Escolares, realizadas em Curitiba.

— Foi um acontecimento memorável não só para Simões como para todo o Piauí. Antes das Olimpíadas, nossos garotos foram campeões na etapa regional, vice-campeões dos Jogos das Escolas Públicas do Piauí e campeões dos Jogos das Escolas Piauienses.

Wellington Dias reconheceu a importante contribuição para o resultado de Adalberto Carvalho, supervisor de ensino de Simões, e do técnico Tarcísio Alves Carvalho. Ele atribuiu também ao povo da cidade papel fundamental para a vitória.

Magno Malta pede ação do MP contra juíza da Bahia



Magno Malta (PR-ES) cobrou ação do Ministério Público da Bahia contra a juíza Janete Fadul de Oliveira, que

arquivou denúncia contra o médico Márcio Café, acusado de estupro do filho de 4 anos. Segundo o senador, laudo do Instituto Médico Legal indicou o abuso.

— É preciso que o Ministério Público da Bahia tenha uma reação em nome da Justiça, em nome das crianças, em nome da vida. O Ministério Público não pode se calar.

Malta afirmou que a juíza já havia sido afastada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por suspeita de participação em esquema de venda de sentenças. Para ele, o MP deveria acionar o conselho também neste caso.

Suplicy quer adiar votação sobre Cuba e Guantánamo

Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu adiamento da votação em Plenário de dois requerimentos seus. Um para apelar aos Estados Unidos que suspendam o bloqueio a Cuba e fechem a prisão de Guantánamo. Outro para pedir ao governo de Cuba que providencie indulto geral a prisioneiros políticos e autorize todos os habitantes a entrar e sair de seu país.

Suplicy deseja que os requerimentos sejam reavaliados pela Comissão de Relações Exteriores (CRE). Ele explicou que o presidente da Assembleia Nacional de Cuba, Ricardo Alarcón, disse que poderá haver mudanças na legislação de migração. O anúncio é esperado para 26 de julho, aniversário da Revolução Cubana. O senador espera que, com maior liberdade para os cubanos, o governo dos Estados Unidos determine o fim do embargo, que tem mais de 50 anos.

Suplicy apoiou a construtora



Senador anuncia sinais de que Cuba flexibilizará leis de migração

Odebrecht, pois a filial nos Estados Unidos vai recorrer contra a lei aprovada na Flórida que proíbe empresas estrangeiras com investimento em Cuba de term contratos com os governos locais. Os advogados argumentam que a norma é inconstitucional, pois só o governo federal e o Congresso americano podem legislar sobre política exterior. A Odebrecht foi proibida entrar numa licitação estimada em US\$ 3,3 bilhões.

Suplicy acredita que o assunto estará superado quando os Estados Unidos atenderem ao apelo sobre o fim do embargo.

Um alerta sobre mortalidade infantil de indígenas no Acre

Suplicy ainda apelou à ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, para que tome providências quanto ao aumento da mortalidade infantil registrado na tribo Hunikui, localizada no Alto Juruá, no Acre. Ele citou relatórios que apontam crescimento vertiginoso de mortes entre bebês dessa etnia.

Segundo os documentos, mães indígenas precisam se deslocar até a cidade de Cruzeiro do Sul para

conseguir benefícios assistenciais como o Bolsa Família. Os deslocamentos estariam mantendo essas mães longe de seus filhos por até dois meses, causando desmame precoce e consequente desnutrição e vulnerabilidade a doenças. Há um posto de saúde construído, mas que ainda não funciona, disse Suplicy.

— De janeiro a março, foram registradas cinco mortes de crianças numa nação de 130 pessoas — lamentou o senador.

ADIAMENTO

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após as 18h de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: Sessão destinada a discursos

9h Sem votação de projetos, a sessão não deliberativa de hoje é destinada a pronunciamentos de senadores.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Luiz Henrique afirma que buscará consenso sobre MP da lei florestal

Relator da comissão mista que analisa a medida provisória sobre o novo Código Florestal, Luiz Henrique (PMDB-SC) disse na quarta-feira que vai buscar a convergência e a conciliação. Ele afirmou que agirá da mesma forma como conduziu a relatoria do projeto do novo código, hoje transformado em lei.

— O nosso norte é buscar um meio termo nessa matéria, é buscar o que é possível, o que é factível, o que é realizável, o que vai servir, ao mesmo tempo, para manter

regras fortes de preservação das nossas florestas e regras factíveis que permitam o desenvolvimento do país, que permitam que o Brasil continue seguindo na sua missão de suprir o alimento do mundo.

O senador lembrou que mais de 700 emendas foram apresentadas à MP 571/12, mas acredita que isso seja um problema, pois, para ele, as propostas devem apresentar “contribuições valiosas” no sentido de aprimorar o texto.

Luiz Henrique enfatizou que tentará ouvir a opinião de todos, “num processo convergente, sem ser conduzido por paixões ou truculência”.

— Não adianta fazer um texto contra o governo, que será vetado, nem um texto sem entendimento com os deputados, porque será alterado na Câmara.



Senador analisará 700 emendas

Sérgio Souza diz que prejuízo da seca no Sul chega a R\$ 3,3 bi



Sérgio Souza (PMDB-PR) afirmou que os prejuízos acumulados pelo setor agrícola na região Sul, em decorrência da seca que já dura dois anos, não podem mais ser negligenciados.

No Paraná, a perda de produção de feijão, milho, soja e trigo foi a segunda maior em 26 safras, com um decréscimo de 21,5%, afirmou.

— Imaginando que o Paraná representa quase 25% da produção destinada ao agronegócio, agroindústria, agricultura e pecuária, tivemos uma perda substancial para o Brasil — alertou.

Segundo o senador, o prejuízo causado pela seca entre dezembro e fevereiro somam cerca de R\$ 3,3 bilhões.

Cassol protesta contra “ataques de ambientalistas estrangeiros”

Ao lembrar a celebração do Dia Mundial do Meio Ambiente, na terça-feira, Ivo Cassol (PP-RO) protestou contra o que chamou de “ataques de ambientalistas estrangeiros” que estariam dificultando a produção de alimentos no Brasil.

O senador afirmou que o país está comprometido com a preservação e não pode aceitar que a Rio+20 sirva de pretexto para que outras nações fujam à responsabilidade com o meio ambiente.



Márcia Kolumbe/Agência Senado

— Há muitos países medidos a espertos que sequer fizeram o dever de casa e que não têm moral para vir aqui e impor alguma coisa a nós. Nós queremos preservar, sim, mas queremos ser respeitados — afirmou.

O senador disse que sua família tem plantado árvores em Rondônia desde 1984, suas propriedades têm 50% de reserva como exige a lei e, “mesmo assim, muitas vezes fui considerado desmatador.”

Revista *Em discussão!* será lançada na Rio+20



Ministra Izabella Teixeira e senador Rodrigo Rollemberg no lançamento na CMA

Tema da revista, produzida a partir dos debates ocorridos em comissões do Senado, é a própria conferência da ONU, que começa quarta-feira

O 11º NÚMERO da revista *Em discussão!* será lançado na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que começa quarta-feira. O tema da edição é a própria conferência, que vai até 22 de junho. *Em discussão!* analisa o que se pode esperar do encontro a partir dos seus antecedentes históricos e das contribuições colhidas em mais de uma dezena de audiências nas comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Projeto da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs), a revista é editada pelo **Jornal do Senado**.

No Senado, o lançamento ocorreu terça-feira em reunião da CMA e CRE para comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente. O presidente da Comissão de Meio Ambiente, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), ressaltou que a revista levou em consideração os debates promovidos por duas subcomissões presididas por Cristovam Buarque (PDT-DF). Rollemberg registrou ainda que a nona edição de *Em discussão!* já havia abordado os debates acerca do novo Código Florestal.

A edição foi apresentada aos senadores pelo diretor da Secs, Fernando Cesar Mesquita. Ele lembrou que a revista traz um histórico das negociações internacionais sobre meio ambiente, bem como a opinião de especialistas e os possíveis rumos da Rio+20.

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, citou trechos da revista para demonstrar a diversidade de opiniões acerca do que deve ser tratado na Rio+20.

— É uma revista extremamente bem editada, que ouviu grandes especialistas sobre o assunto — afirmou a ministra antes de ler partes de matérias em seu pronunciamento.

O subsecretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU) e diretor executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), Achim Steiner, citando matéria da revista, lembrou que, desde Estocolmo, na Suécia, onde aconteceu a primeira conferência, há 40 anos, muito foi conquistado, incluindo a criação de comissões no Congresso específicas sobre meio ambiente.

Propostas da CMA

Comissão de Meio Ambiente aprovou sugestões após ciclo de debates sobre o evento

Nós, senadores da República Federativa do Brasil integrantes da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal brasileiro, desejamos que o documento final da Conferência Rio+20 contemple os seguintes pontos:

1. Renovação do **compromisso político** dos países com o desenvolvimento sustentável, consideradas, no mínimo, suas três dimensões principais: crescimento econômico, proteção ambiental e inclusão social.
2. Reafirmação dos princípios da **Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**, firmada durante a Conferência Rio-92.
3. Avaliação do andamento das **medidas previstas** na Agenda 21 e dos **resultados obtidos** na promoção do desenvolvimento sustentável desde a Rio-92.
4. Identificação de **novos desafios** ao desenvolvimento sustentável e atualização das estratégias traçadas na Agenda 21, inclusive com uma reflexão profunda sobre os atuais padrões de produção e consumo da sociedade.
5. Conceituação mais precisa da **economia verde** e da sua importância como instrumento para a promoção do crescimento econômico com proteção ambiental e inclusão social.
6. Definição mais precisa dos elementos da economia verde, para que os países possam traçar suas estratégias nacionais de **desenvolvimento sustentável**.
7. Criação de uma **estrutura institucional internacional** que atribua igual relevância, no mínimo, às dimensões econômica, ambiental e social do desenvolvimento sustentável, reconhecendo a importância das constantes interações entre elas.
8. Fortalecimento dos **organismos ambientais internacionais**, com a promoção da imprescindível articulação entre as estratégias de implementação dos diversos tratados ambientais internacionais.
9. Criação, quando inexistentes, e fortalecimento de instituições internacionais voltadas para a efetiva promoção da **inclusão** e da **justiça social**.
10. Criação de **indicadores** e **objetivos** de desenvolvimento sustentável, a serem atingidos por todos os países até 2030.
11. Indicação da necessidade de se firmarem **convenções internacionais** sobre águas, responsabilidade socioambiental das empresas e florestas, inclusive com a criação da área de preservação permanente mundial.
12. Definição de mecanismos de **financiamento do desenvolvimento sustentável** nos países em desenvolvimento, inclusive com a reafirmação dos compromissos assumidos desde 2002, na Conferência de Monterrey sobre o financiamento do desenvolvimento.
13. Criação de instrumentos efetivos de desenvolvimento e transferência de **tecnologias verdes** para os países em desenvolvimento.
14. Indicação da necessidade de criação de mecanismos de regulação e controle do **mercado financeiro internacional**, com vistas à promoção do desenvolvimento sustentável.

Lúcia Vânia pede a atenção dos parlamentares a debates da Rio+20

Lúcia Vânia (PSDB-GO) pediu que os parlamentares fiquem atentos às discussões da Rio+20 por tratar de assuntos que dizem respeito

à vida dos brasileiros e ao futuro da Humanidade. Ela lembrou que os temas estratégicos na agenda da conferência serão a biodiversidade, as mudanças climáticas e o



Waldemir Barreto/Agência Senado

crescimento verde.

— As discussões dizem respeito à produção de alimentos e têm correlação com o problema da sustentabilidade do planeta

em termos de biodiversidade, ecossistema, qualidade de vida, direitos econômicos e pessoais, além da crença na natureza como patrimônio da Humanidade — disse.

Valor atual equivale à metade do salário que dá origem ao auxílio-doença, o que gera benefícios menores que o piso salarial. Situação é considerada inconstitucional pelo autor do projeto, Paulo Paim

Ana Amélia, Cyro Miranda e Paulo Davim na reunião da Comissão de Assuntos Sociais que aprovou o projeto em votação final



Geraldo Magela/Agência Senado

Auxílio-acidente pode ter piso de um salário mínimo

O VALORMENSAL do auxílio-acidente não poderá ser menor que um salário mínimo, de acordo com projeto (PLS 476/08) aprovado quarta-feira na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em votação final.

O auxílio-acidente corresponde a 50% do salário que dá origem ao auxílio-doença e é pago até a véspera do início da aposentadoria ou até a morte. Muitos segurados recebem menos do que o piso salarial por esse auxílio, situação considerada inconstitucional pelo autor do projeto, Paulo Paim (PT-RS). Ele observa que a Constituição federal “estabelece que nenhum benefício que substitua o salário de

contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo”. O relator, Cícero Lucena (PSDB-PB), concorda.

— É claro que o auxílio-acidente substitui a renda. E a menor retribuição nestes casos não pode estar em patamar inferior ao do salário mínimo — disse Cícero.

Segundo ele, entre 2005 e 2010 foram registrados no Brasil 3,8 milhões de acidentes de trabalho que resultaram na morte de 16.500 pessoas e geraram incapacidade de 74.700 trabalhadores. “Estamos em quarto lugar no mundo em ocorrências assim”, frisou.

Ainda de acordo com o

voto de Cícero, lido pelo relator substituto, Cyro Miranda (PSDB-GO), o Ministério da Previdência Social se manifestou contra a aprovação do projeto, por gerar aumento de despesa e pela duração média desses benefícios, em torno de 17,7 anos. Cícero considera esse gasto irrisório (cerca de R\$ 31 milhões) em relação à arrecadação da Previdência Social (cerca de R\$ 60 bilhões) e não vê motivos de ordem financeira que impeçam a aprovação da proposta.

Os senadores da CAS aprovaram duas emendas de redação, apresentadas por Cícero Lucena para aprimorar o texto do projeto.

Projeto obriga contratação de farmacêutico pelo SUS

Unidades do Sistema Único de Saúde (SUS) que tenham farmácias ou dispensários de medicamentos podem ser obrigadas a manter farmacêutico inscrito em conselhos regionais de Farmácia. Isso é determinado em projeto (PLS 62/11) aprovado anteontem pela Comissão de Assuntos Sociais, em votação final.

A autora, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), explicou que a medida visa assegurar o uso racional de medicamentos. A relatora, Ana Amélia (PP-RS), observou que a assistência farmacêutica no âmbito do SUS deve ter a mesma importância que as outras ações de saúde, contando com profissionais habilitados.

Confirmada a aprovação em segundo turno, o projeto segue para a Câmara dos Deputados, caso não haja recurso para exame pelo Plenário.

Aprovado incentivo à vacinação de trabalhadores

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou anteontem, em votação final, projeto de Paulo Davim (PV-RN) que obriga empregadores a incentivar a vacinação de empregados expostos a risco de doença infectocontagiosa no trabalho. O PLS 614/11 acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho determinando a definição de normas para a promoção de ações de imunização dos trabalhadores, com incentivos ao trabalhador imunizado e à divulgação dos resultados. No texto original, Davim propunha tornar obrigatória apenas a vacinação antitetânica para trabalhadores da construção civil. O relator, Casildo Maldaner (PMDB-SC), apresentou emenda para proteger todos os trabalhadores expostos a doenças infectocontagiosas no ambiente de trabalho.

Jucá comemora novas unidades de saúde

Romero Jucá (PMDB-RR) registrou quarta-feira a construção de 136 novas unidades de pronto atendimento (UPAs) em todo o país, no valor de R\$ 880 milhões, conforme anúncio do ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

O senador disse que a saúde é um desafio para o governo, que tem investido na ampliação



Waldemir Borretto/Agência Senado

da rede de atendimento e na melhoria da qualidade do serviço. Com a nova medida, disse Jucá, o governo procura também melhorar o sistema de urgências e emergências.

Além apoiar a iniciativa do Ministério da Saúde, Jucá apelou por mais recursos para o setor e pela implantação de UPAs em Roraima, sobretudo

no interior do estado, que tem mais de 400 comunidades indígenas. Ele também saudou a aprovação, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de R\$ 1,1 bilhão para saneamento básico em cidades de até 50 mil habitantes. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) está selecionando 124 municípios com menos de 50 mil habitantes que receberão obras de saneamento e de abastecimento de água.

Senadores rejeitam redução no salário de servidores

Senadores da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) disseram anteontem que não vão admitir a redução de salários dos médicos que são servidores públicos federais, que seria uma decorrência da Medida Provisória 568/12. Alguns desses parlamentares, mesmo criticando a MP, alertaram para a importância do trecho sobre professores de universidades federais.

De acordo com representantes dos médicos, aumentar a carga horária desses profissionais — de 20 horas para 40 horas — sem mudar vencimentos significa redução de salários em 50%. O protesto conta com o apoio de Paulo Davim (PV-RN) e Waldemir Moka (PMDB-MS), ambos médicos, além de Ana Amélia (PP-RS), Ângela Portela (PT-RR) e Jayme Campos (DEM-MT), que é o presidente da comissão.

Davim afirmou que está estupefato com a MP e frisou que ela altera itens relacionados ao adicional de insalubridade. Moka disse que, da forma como está, a MP será rejeitada logo no início da tramitação. Ana Amélia argumentou que a proposta seria inconstitucional.

— Se não houver mudanças, haverá uma greve geral de médicos no atendimento

público — alertou.

Cyro Miranda (PSDB-GO) também criticou a matéria.

— Se até a base do governo está consciente de que isso não pode acontecer, então por que não há a retirada da MP? Onde está a independência do Congresso? — questionou o senador.

Davim, Moka e Ana Amélia afirmaram que o líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), que é o relator da MP, está empenhado em alterar o texto. Eles elogiaram o trecho da MP que trata dos professores de universidades federais — em greve desde o mês passado.

Assim como Ana Amélia, Cyro e Ana Rita (PT-ES) criticaram o fato de que a MP trata de vários assuntos em uma só proposta. Para Cyro, a tramitação pode demorar porque contém “penduricalhos que não valem a pena”. Ana Amélia disse que “a MP juntou num balaio atividades completamente diferentes. Ela lembrou que, além de médicos e professores, a MP afeta agentes comunitários de saúde, veterinários, meteorologistas e servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Seguindo a senadora, no caso do Dnocs a MP leva a uma queda nas gratificações de até 70%.



Geraldo Magela/Agência Senado

Ao lado de Waldemir Moka (D), Jayme Campos preside reunião da CAS

Jayme critica aumento da carga horária de médicos

Como já havia feito na CAS, Jayme Campos criticou em Plenário a MP 568/12, pelo fato de dobrar a carga horária de médicos federais.

— Na prática, o Executivo propõe uma drástica redução no vencimento desses profissionais, cortando seus salários pela metade — disse.

Para o senador, a MP não contribui para o avanço da medicina no país. Ele lembrou que, se a falta de equipamentos adequados nos hospitais públicos já gera dificuldades para os profissionais, a medida trará também “desconfiança e amargura”.

— Médicos e profissionais da saúde são vítimas, como os próprios pacientes, de uma

política mesquinha e equivocada, capaz de promover um verdadeiro *apartheid* social entre ricos e pobres — criticou.

Na opinião do senador, negociar com o governo a retirada da MP seria uma homenagem à categoria, que reúne “heróis e não vilões”.

Ele ainda elogiou a autorização, pelo Ministério da Educação, do aumento das vagas em cursos de Medicina em todo o país.

— A notícia da abertura de novas turmas de Medicina é motivo de esperança, visto que, além das vagas em si, investimentos serão feitos para garantir a formação adequada desses novos profissionais — elogiou.

Walter Pinheiro elogia empenho do MEC na formação de médicos



Walter Pinheiro (PT-BA) elogiou iniciativas do Ministério da Educação (MEC) que têm levado ao aumento de vagas nos cursos de Medicina para

manter novos profissionais nas regiões mais carentes. A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, disse Pinheiro, recebeu autorização para oferecer o curso na unidade de Santo Antônio de Jesus.

O senador informou que, de acordo com o plano de expansão anunciado pelo ministro da Educação, Aloizio Mercadante, o número de vagas em faculdades de Medicina crescerá 15%. Ele elogiou a ênfase na criação de vagas no Norte e no Nordeste, salientando que essas regiões têm mais carência de profissionais de saúde.

Mozarildo apoia ampliação de vagas em cursos de Medicina em todo o Brasil



Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) apoiou a abertura de 2.500 vagas em cursos de Medicina no Brasil até 2014, o que significa aumento de 15%.

— Disse o ministro que todo o Brasil vai ser beneficiado, mas notadamente as regiões Norte e Nordeste, que sofrem mais com a carência de médicos — relatou o senador.

Mozarildo, que é médico, disse que muitos profissionais formados em outras regiões não se dispõem a trabalhar na Amazônia, por exemplo, ainda que seja oferecido salário superior. Ele observou que mesmo no Sul e Sudeste, que têm o maior número de médicos, há concentração em algumas cidades, enquanto outras carecem de atendimento.

Benedito: Alagoas pode ganhar até 300 novos médicos a cada ano



Benedito de Lira (PP-AL) parabenizou os ministros da Educação, Aloizio Mercadante, e da Saúde, Alexandre Padilha, pela parceria que possibilitará

a abertura de mais vagas nas escolas de Medicina. Segundo o senador, seu estado terá entre 200 e 300 novas vagas, das 2.500 que serão criadas.

Benedito afirmou que há mais de 30 anos a Universidade Federal de Alagoas (Ufal) tem apenas 80 vagas anuais no curso de Medicina. No último vestibular, acrescentou, apenas cinco alagoanos estavam entre os 80 aprovados, que, após o curso, devem retornar para seus estados. Segundo ele, isso faz com que Alagoas tenha “uma carência terrível” de médicos.

Escola pública poderá ter 50% das vagas de universidades federais

Projeto que reserva metade das vagas em universidades federais para alunos que tenham feito o ensino médio em escolas públicas foi aprovado na quarta pela Comissão de Constituição e Justiça

APÓS QUATRO ANOS de debate, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou na quarta-feira projeto de lei que define o sistema de cotas para ingresso de alunos nas universidades e instituições de ensino técnico federais. O texto reserva, no mínimo, 50% das vagas por curso e turno para quem tenha feito integralmente o ensino médio em escolas públicas, além de sugerir critérios complementares de renda familiar e identidade étnico-racial.

A cota social será atendida com o preenchimento de metade das vagas reservadas para a escola pública por estudantes cuja família tenha renda *per capita* igual ou inferior a um salário mínimo e meio — hoje R\$ 933.

Quanto ao critério étnico-racial, o projeto (PLC 180/08) define que o total das vagas reservadas será preenchido de acordo com os percentuais de participação de negros, pardos e indígenas na população do estado onde a instituição de ensino está localizada, a partir de autodeclaração dos candidatos. Para esse cálculo, será levado em conta o censo mais recente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Se sobraem vagas após a aplicação desses parâmetros, elas deverão ser ocupadas pelos demais estudantes que tenham cursado todo o ensino médio em escola pública.

— A combinação desses critérios robustece as políticas de combate à discriminação e à pobreza, garantindo melhor enfrentamento das desigualdades que se refletem no ensino superior — disse a relatora, Ana Rita (PT-ES).

A proposta, da deputada Nice Lobão (PSD-MA), prevê que, em dez anos, o sistema seja reavaliado. A matéria tramitou nove anos na Câmara e ainda passará por duas comissões no Senado.

Segundo Ana Rita, cotas devem retratar cada estado

Ana Rita (PT-ES) explicou em Plenário que a distribuição das vagas nas universidades federais deve ser um retrato de cada estado. Por isso, o projeto aprovado na CCJ define no contingente selecionado por cotas a mesma proporção de negros, pardos e indígenas verificada no censo populacional do IBGE.

— Aprovamos um projeto de cotas sociais com o recorte de raça, pois, mesmo entre os mais pobres, a diferença entre brancos e negros persiste. Jovens negros têm 140% mais chances de serem mortos do que os brancos. E, de cada dez alunos negros presentes no ensino básico, oito estudam em escolas públicas — argumentou.

Ana Rita lembrou que o PLC 180/08, que tramita no Congresso Nacional há



Eunício, entre Romero Jucá (E) e Valdir Raupp, preside sessão da CCJ que aprovou sistema de cotas

Projeto uniformiza critérios já adotados pela maioria das instituições do governo

Caso se transforme em lei, o projeto produzirá como efeito prático a uniformização das ações afirmativas já adotadas pela maioria das universidades públicas federais. De acordo com a relatora, Ana Rita, 70% dessas unidades já têm algum tipo de ação social, racial ou combinando os dois critérios. Até 2010, 38 universidades já haviam aderido a sistemas de cotas, estando de fora apenas as federais do Acre, Roraima e Rondônia.

A decisão na CCJ envolveu longa discussão e terminou com quatro votos contrários ao sistema proposto pelo PLC 180/08. Divergiram da matéria Lobão Filho (PMDB-MA), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Alvaro Dias (PSDB-PR) e Luiz Henrique

(PMDB-SC). Aloysio e Lobão Filho apresentaram relatórios em separado com votos a favor de sistemas prevenindo apenas cotas sociais.

— Mantenho meu ponto de vista a favor de critério social, que é mais abrangente. Ao fazer cota para pobre, eu estou também dando preferência a negros e pardos. Afinal, eles são predominantes nas camadas mais pobres da população — disse Aloysio.

Dois projetos de lei do Senado que tramitavam em conjunto foram rejeitados. O PLS 479/08, de Alvaro Dias, estabelecia reserva social para 20% das vagas. O PLS 344/08, do então senador Marconi Perillo, sugeria reserva de vagas por 12 anos para estudantes de escolas públicas.

“Podemos dar oportunidade a muitos brasileiros pobres e negros”, diz Eunício

Eunício Oliveira (PMDB-CE) comemorou na quarta-feira, em discurso no Plenário, a aprovação do sistema de cotas pela CCJ.

— O Brasil todo saiu ganhando. Podemos agora dar oportunidade a muitos brasileiros pobres e negros que, por séculos, não a tiveram.

Eunício disse ter ficado honrado com a aprovação da medida, primeiro como presidente da CCJ, depois por

ser do estado que primeiro aboliu a escravidão no país. O Ceará foi a primeira província a libertar os escravos no Brasil, em 1884, quatro anos antes da Lei Áurea, assinada em 1888.

O senador encerrou o pronunciamento com trechos do *Hino à Redenção da Província*, canção abolicionista cearense que diz: “Vitória! Vitória/ Bradai cidadãos!/No lar de Iracema são todos irmãos!”



Ao lado de Marta Suplicy (D), na CCJ, Ana Rita diz que projeto marca aprofundamento da democracia

Dilma vetou a venda de 10% dos ingressos dos jogos da Seleção Brasileira a preços populares, mas liberou casos de meia-entrada

Publicada com seis vetos, Lei Geral da Copa mantém liberação de bebida

A LEI GERAL da Copa foi publicada na quarta-feira no *Diário Oficial da União*. A presidente Dilma Rousseff vetou seis itens do projeto aprovado no Congresso. Na véspera, a Casa Civil anunciara apenas quatro vetos.

A Lei 12.663/12 regula os direitos comerciais da Federação Internacional de Futebol Associado (Fifa) para a realização da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de 2014. A proposta garante os mesmos direitos à Igreja Católica para a realização, no Brasil, em 2013, da Jornada Mundial da Juventude.

O ponto que gerou polêmica durante a tramitação no Congresso foi mantido por Dilma: a liberação da venda de bebidas alcoólicas durante os jogos. A Lei Geral da Copa suspende o artigo 13-A do Estatuto do Torcedor (Lei 10.671/03), que impede o consumo dessas bebidas nos estádios. Com isso, a Fifa terá de negociar a liberação com cada estado que sediar o evento. A decisão pode variar devido às diferenças nas



Estádio do Maracanã, no Rio: Fifa terá de negociar a liberação da venda de álcool com cada estado que sediar o evento

legislações estaduais.

Dilma vetou o parágrafo que garantia a reserva de 10% dos ingressos dos jogos da Seleção Brasileira para venda a preços populares, mas foi mantida no texto a meia-entrada, ou seja, a venda de ingressos com 50% de desconto para estudantes, pessoas com mais de 60 anos e beneficiários de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família.

Também foi vetado artigo que previa a suspensão das leis estaduais e municipais que permitem descontos e gratuidades.

Vistos

Foram suprimidos dois artigos que estabeleciam regras de obtenção de visto de entrada no país, mas foi mantido caráter prioritário para vistos concedidos a espectadores

que possuam ingressos; membros da equipe da Fifa e seus convidados; árbitros; atletas e delegações das seleções participantes; equipes de parceiros comerciais da Fifa; e prestadores de serviços.

Foram ainda vetados dois artigos que proibiam serviço voluntário nos jogos em atividades que possam colocar em risco a segurança e o bem-estar do público.

Problemas do trânsito são tema de seminário

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realizará, em setembro, seminário sobre segurança no trânsito. Ao requerer os debates, Ana Amélia (PP-RS) lembrou audiência pública realizada em maio na comissão, quando especialistas disseram que quatro de cada dez leitos de UTI do país são ocupados por motociclistas acidentados.

Segundo a senadora, o seminário terá como objetivo propor ações para reduzir acidentes e tratará também das dificuldades de locomoção nas grandes cidades, diante dos constantes congestionamentos nas vias urbanas.

A CAS também aprovou requerimento de audiência sobre o PLS 217/04, que institui o Exame Nacional de Proficiência em Medicina como requisito para o exercício da profissão. A data do debate, proposto por Cyro Miranda (PSDB-GO), ainda será divulgada. Serão convidados representantes do Conselho Federal de Medicina, da Associação Médica Brasileira e da Federação Nacional dos Médicos.

Anibal pede mais ação de bancos contra miséria

Waldemir Barreto/Agência Senado



A postura dos bancos oficiais — como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal — na implementação de ações do governo de combate à miséria foi criticada por Anibal Diniz (PT-AC) na quarta-feira.

Segundo o senador, sobretudo no que se refere aos programas de microcrédito, as pessoas carentes, no Acre e em todo o Brasil, têm tido muitas dificuldades para obter pequenos valores para iniciar um negócio em razão de exigências, muitas vezes exageradas, de garantias e de procedimentos burocráticos por parte dos bancos estatais.

Jayme Campos lamenta "crescimento píffio" do PIB

O resultado do produto interno bruto (PIB) brasileiro do 1º trimestre deste ano foi considerado "píffio" por Jayme Campos (DEM-MT). Segundo o senador, "a economia vem patinando desde o início do ano".

— O governo federal, na tentativa de encobrir o desempenho medíocre da produção, coloca a culpa na crise internacional. Este é o quinto trimestre seguido de expansão econômica inferior a 1%. Isso não ocorria desde a década de 90 — disse.

Jayme afirmou que taxa de investimento caiu de 19,5% do PIB para 18,7%, sendo que a meta anunciada era de 25%. Para o senador, o Brasil não crescerá com base em políticas de estímulo ao consumo, pois a população está altamente endividada.

Lopes defende mais qualidade da educação

Waldemir Barreto/Agência Senado



É dever das autoridades trabalharem pela democratização da educação pública de qualidade, afirmou Eduardo Lopes (PRB-RJ). Para o senador, um bom ensino é capaz de alavancar e sustentar o desenvolvimento pessoal e social.

Lopes considerou inquietantes dados publicados em editorial do jornal *O Estado de S. Paulo* mostrando que 13,1% dos estudantes do ensino médio das redes pública e privada do país foram reprovados em 2011.

— Mais de 13% dos estudantes do ensino médio nacional não sabem ler, escrever e calcular com um mínimo de aptidão — disse.

Jucá: Brasil precisa de mais competitividade

O Brasil precisa melhorar sua posição no *ranking* de competitividade, disse Romero Jucá (PMDB-RR). O senador lembrou que o país caiu duas posições e ocupa agora o 46º lugar entre as 59 economias pesquisadas pelo International Institute for Management Development (IMD).

Jucá explicou que o instituto considera desempenho econômico (maior queda do Brasil), infraestrutura e eficiência de governo e de negócios.

— Para o professor Nuno Fernandes, do IMD, as empresas do país devem buscar mais financiamento no mercado de capitais e não apenas em bancos. Também devem investir em infraestrutura de tecnologia e produção científica e mudar a cultura empresarial — afirmou.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Blairo: novo terminal ferroviário de cargas beneficia agronegócio em Mato Grosso

Blairo Maggi (PR-MT) falou da inauguração, no sábado, do Terminal Intermodal de Cargas de Itiquira (MT) e do trecho ferroviário que liga a cidade a Alto Araguaia, no sul de Mato Grosso.

— A obra é de extrema importância para um estado que produz 36 milhões de toneladas de grãos e tem seus caminhos ainda deficitários. Qualquer conquista deve ser comemorada — afirmou.

O senador explicou que a construção permitiu um acréscimo de 250 quilômetros à malha ferroviária brasileira. Ele agradeceu à presidente Dilma Rousseff pelo empenho na realização da ferrovia.

— Tivemos a oportunidade de inaugurar não só os trilhos que vão até ali, mas um porto para embarque da soja e do milho produzido no estado.

A cerimônia de inauguração contou com a presença do governador de Mato Grosso, Silval Barbosa, do ministro dos Transportes, Paulo Sérgio



Blairo Maggi: novo terminal ajuda a escoar grãos produzidos no estado

Passos, e do presidente da América Latina Logística (ALL), Eduardo Pelleissone, além de prefeitos e deputados.

Blairo ressaltou o compromisso da ALL e do governo de fazer com que a ferrovia chegue até a cidade de Rondonópolis no início de 2013.

— Será o maior e mais moderno terminal de embarque de grãos e líquidos da América Latina. Um grande investimento está sendo feito.

Ana Amélia diz que impostos da energia elétrica e da telefonia são exagerados

Ana Amélia (PP-RS) lamentou o peso dos impostos no Brasil, citando como exemplo a energia elétrica, cujos tributos somam até 45% do total da tarifa. O Brasil, informou ela, é o terceiro país que mais tributa energia.

A senadora também reclamou dos impostos na telefonia, setor que, para ela, é um dos que mais investem em propaganda, mas não em melhorias do serviço prestado.

Ela reconheceu que o custo é alto para investir no interior, mas observou que as empresas lucram muito nos grandes centros.

Ana Amélia elogiou a

presidente Dilma Rousseff por determinar a realização de estudos para averiguar a possibilidade de reduzir os impostos incidentes sobre a energia elétrica.

No mesmo pronunciamento, a senadora disse que espera sensibilidade do ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho, na reunião marcada para a próxima quarta-feira, destinada a discutir os problemas dos suinocultores, causados principalmente pelas quedas nas exportações para a Rússia e a Argentina. Os prejuízos do setor, segundo ela, somam R\$ 30 milhões nos últimos três meses.

Em homenagem à Marinha, Sérgio Souza elogia trabalho de saúde na Amazônia

Sérgio Souza (PMDB-PR) prestou homenagem à Marinha do Brasil. Ele lembrou que a data magna da Marinha, a ser comemorada na próxima segunda-feira, marca o aniversário da Batalha do Riachuelo, ocorrida em 1865, na Guerra do Paraguai.

O senador disse que a Marinha hoje trava “batalhas silenciosas”. Ele destacou a Operação Matrinxã, que está sendo realizada na região amazônica, em que a Marinha leva ações de saúde a milhares de brasileiros.

O senador informou que a operação da Marinha na região amazônica envolve três navios de assistência

hospitalar, dois helicópteros, duas escolas flutuantes, seis lanchas e 121 fuzileiros navais.

Em parceria com o Ministério da Saúde, a Marinha já realizou 871 exames laboratoriais, 111 mamografias e três cirurgias, entre outros procedimentos.

Para Sérgio Souza, esses números podem parecer normais nos grandes centros do país, mas tornam-se impressionantes em um ambiente hostil, de florestas e com enchentes.

— É motivo de orgulho para os brasileiros o trabalho operoso praticado por esses patriotas.

Especialistas: falta política de recursos humanos na aviação

Debatedores disseram que governo e Congresso devem fomentar formação e capacitação de trabalhadores para a aviação civil; Presidência da República afirmou que deseja tornar o país “referência internacional”

DURANTE UMA AUDIÊNCIA pública anteontem no Senado, especialistas cobraram do governo e do Congresso a definição de uma política nacional para a formação e a capacitação de trabalhadores para a aviação civil. O debate ocorreu na Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil, da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

A secretária de Navegação Aérea Civil da Secretaria de Aviação Civil (SAC) da Presidência da República, Clarice Bertoni Lacerda Rodrigues, explicou que o governo encara a aviação civil como um setor estratégico para o desenvolvimento econômico do país.

Ela disse que a segurança da aviação nacional é prioridade e, por isso, o governo tem de estar atento à qualidade da formação de recursos humanos.

— Nós queremos transformar o Brasil em referência internacional na formação e capacitação de profissionais para a aviação civil — afirmou a secretária.

Clarice traçou um panorama do programa permanente desenvolvido pela SAC em parceria com outros órgãos, como a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), a Infraero e o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), para garantir formação na quantidade e na qualidade necessárias para suprir as exigências da aviação nacional.

A secretária afirmou que o governo federal está consolidando uma política nacional de formação para o setor, depois de ouvir empresas aéreas, escolas de preparação, universidades, sindicatos, associações de trabalhadores e inúmeros outros órgãos e

entidades com relação com a aviação.

Clarice informou que os profissionais do setor abrangem pilotos, comissários, despachantes operacionais, mecânicos, controladores de tráfego aéreo, técnicos em meteorologia, bombeiros aeronáuticos, agentes de segurança aeroviária, entre outras especialidades.

Em resposta ao senador Vicentinho Alves (PR-TO), presidente da subcomissão, a secretária afirmou que a SAC vem aproveitando todo o escopo da Superintendência

de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas da Anac.

Também participaram da audiência o coordenador do curso de Ciências Aeronáuticas da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Goiás, Raul Francé Monteiro, e o diretor de Educação e Tecnologia do Sesi/Senai de Goiás, Manoel Pereira da Costa.

Vicentinho prestou homenagem ao Esquadrão de Demonstração Aérea da Força Aérea Brasileira (FAB), mais conhecido como Esquadrilha da Fumaça. A equipe completa 60 anos em 2012.



Participam da audiência Nelson Rodrigues Pinto Neto, Manoel Pereira da Costa, Vicentinho Alves e Raul Francé Monteiro

Setor exige alta especialização, diz professor

O coordenador do curso de Ciências Aeronáuticas da PUC de Goiás, Raul Francé Monteiro, disse que a aviação civil é uma área do conhecimento que tem alto índice de especificidade e que todos os profissionais do setor necessitam de formação especializada.

A segurança é sempre prioridade na aviação, acrescentou. Ele cobrou do governo a definição de uma política mais clara, para nortear o setor.

Monteiro elogiou os trabalhos da subcomissão por permitir a análise, o debate e as contribuições de diversos segmentos com vistas à melhoria

da legislação. Para ele, o relatório final da Subcomissão sobre a Aviação Civil poderá ser “uma virada de comportamento e um momento histórico para a aviação civil brasileira”.

— Aviação civil segura, eficiente e lucrativa necessita de planejamento e políticas claras e evidentes. Estamos 20 anos atrasados — afirmou.

Questionado pelo senador Vicentinho Alves, Monteiro informou que 23 universidades brasileiras trabalham na formação e na capacitação de profissionais para a aviação civil e aproveitou para pedir mais valorização dos profes-

sores dessa área.

O diretor de Educação e Tecnologia do Sesi/Senai de Goiás, Manoel Pereira da Costa, informou que sua instituição tem atualmente 170 alunos no curso de técnico de manutenção de aeronaves.

Ele afirmou que a formação para o setor necessita de investimentos pesados. Ele pediu mudanças na legislação que diminuam a burocracia para a oficialização dos profissionais do setor perante a Anac.

Costa sugeriu que recursos do FAT e do Pronatec possam ser investidos na educação nesse setor.



Para Ângela, medida vai ao encontro dos anseios da população

Ângela apoia fim do voto secreto no Legislativo

Ângela Portela (PT-RR) manifestou apoio às propostas de emenda à Constituição (PECs) que extinguem ou limitam o voto secreto no Congresso, em especial a PEC 50/06, de Paulo Paim (PT-RS).

Em discurso na quarta-feira, a senadora disse que a PEC 50/06 merece destaque por sua amplitude e pelo fato de estar em processo adiantado de tramitação. A proposta foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e acrescenta artigo à Constituição acabando com o voto secreto em processos de cassação de mandato de parlamentares e no exame de vetos presidenciais.

— O fim do voto secreto vai ao encontro dos anseios populares — disse Ângela.

O presidente do Senado, José Sarney, determinou nesta semana a inclusão das propostas sobre o tema na pauta do Plenário da próxima quarta.

Taques: mais poder à minoria no Congresso

Pedro Taques (PDT-MT) começou a colher assinaturas para apresentar proposta que inclua na Constituição a possibilidade de um grupo de parlamentares pedir regime de urgência para a tramitação de projetos no Congresso. Atualmente, esse tipo de requerimento é previsto apenas nos regimentos internos do Senado e da Câmara.

Para o senador, a presidência de uma Casa legislativa não pode sempre decidir sozinha quando as matérias serão votadas.

— Será que 81 senadores, será que 513 deputados podem ficar sob a responsabilidade de apenas um ser sobre quais projetos serão colocados na ordem do dia?

Pela proposta do senador, o número de assinaturas necessárias seria de um terço dos parlamentares, o que daria à minoria mais chances de colocar projetos em votação.



Senador colhe assinaturas para proposta que altera a Constituição

Projeto aprovado na quarta-feira pela Comissão de Ciência e Tecnologia determina que o documento digitalizado tenha o mesmo valor probatório do original para todos os fins legais. Texto segue ao Plenário

Documento digitalizado poderá valer como original

O DOCUMENTO DIGITAL poderá ter o mesmo valor probatório do documento original para todos os fins legais. Projeto de lei da Câmara com esse objetivo foi aprovado na quarta-feira pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Agora, vai ao Plenário.

O projeto (PLC 11/07), da então deputada Angela Guadagnin, regulamenta a digitalização, o armazenamento em meio eletrônico e a reprodução de documentos públicos e privados. Pela proposta, o processo de digitalização deverá “manter a integridade, a autenticidade e, se necessário, a confidencialidade do documento digital, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil)”.

Empresas privadas ou órgãos da administração pública direta ou indireta que utilizarem procedimentos de armazenamento de documentos

em meio eletrônico, óptico ou equivalente deverão adotar sistema de indexação que possibilite a localização.

O projeto havia entrado em pauta no final de maio, com voto favorável do relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), mas foi retirado para análise dos senadores e voltou à agenda com proposta de emenda de Ciro Nogueira (PP-PI). Aloysio apresentou parecer contrário à sugestão de Ciro de tornar obrigatória a autenticação do documento digital em cartório, por entender que a ideia feria o objetivo principal do projeto: o de “eliminar um pedágio”.

— Quem quiser recorrer a um detentor de fé pública pode fazê-lo, mas, para quem não o fizer, o Brasil já garante um sistema de confiabilidade a documentos eletrônicos.

Radiodifusão

A CCT aprovou o Projeto de Lei do Senado (PLS) 556/07, que estabelece que

as entidades de radiodifusão comunitária poderão obter financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, para projetos de capacitação técnica e operacional. A proposta é de Marcelo Crivella (PRB-RJ), que está licenciado e ocupa o cargo de ministro da Pesca.

Dois requerimentos de audiência pública foram aprovados pela comissão. O primeiro, de Cícero Lucena (PSDB-PB), pede que sejam debatidas as condições na venda de softwares para a administração pública. O segundo, de Valdir Raupp (PMDB-RO), propõe a discussão do PLS 440/11, que autoriza o Poder Executivo a criar empresa pública para gestão do licenciamento de pesquisa em biomas.

Foram aprovados ainda, em decisão terminativa (não precisa passar pelo Plenário), 44 projetos de decreto legislativo que autorizam o funcionamento de emissoras de rádio e de televisão no país.



Senadores Ivo Cassol, Luiz Henrique e Aloysio Nunes, que deu parecer favorável ao projeto sobre documentos digitais

Relatório rejeita emendas à PEC sobre coligações

Para atender a pedido de vista coletiva, foi adiada na quarta-feira a votação pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) de relatório contrário a quatro emendas de Plenário apresentadas à proposta de emenda à Constituição (PEC 40/11) que proíbe coligações partidárias nas eleições proporcionais — deputado federal, deputado estadual e vereador. A coligação somente seria admitida nas eleições majoritárias — presidente da República, senador, governador e prefeito.

— Essa PEC é muito importante para fortalecer os partidos. As coligações nas eleições proporcionais são passageiras e feitas por conveniência eleitoral, sem afinidade entre os partidos. Não podemos mais admitir isso — declarou o relator, Valdir Raupp (PMDB-RO).

A iniciativa resultou dos trabalhos da comissão especial da reforma política. Essa proposta tramita em conjunto com a PEC 29/07, de Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), que também restringe as coligações às eleições majoritárias.

Comissão sabatinará juízes na terça-feira

A CCJ vai sabatar na terça-feira, às 14h30, os juízes Hugo Carlos Scheuermann e Alexandre Agra Belmonte, indicados para o cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Ambos deverão ocupar vagas reservadas a juízes trabalhistas, decorrentes das aposentadorias da ministra Rosa Maria Weber, atual ministra do STF, e do ministro Milton de Moura França.

Na reunião da CCJ de quarta-feira, Armando Monteiro (PTB-PE) apresentou relatório aprovando a escolha do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Francisco Cândido de Melo Falcão Neto para o cargo de corregedor do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Segundo o senador, a trajetória de Falcão na judicatura é “um exemplo de correção, serenidade e equilíbrio, o que o credencia para essa nova missão”. O presidente da CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE), informou que a sabatina de Falcão na comissão será agendada posteriormente.



Para o senador, projeto é resultado concreto da CPI do Cachoeira

Para Pimentel, nova lei alcança também corruptor

José Pimentel (PT-CE) comemorou a aprovação de projeto que torna mais dura a Lei de Lavagem de Dinheiro. Segundo ele, o Brasil passa agora a tentar alcançar tanto o sonegador quanto o corruptor.

Ele lembrou que o PLS 209/03 vinha sendo debatido há anos e atribuiu a aprovação ao ambiente político gerado no Congresso com a instalação da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga as atividades de Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira.

— É o primeiro resultado concreto da CPI — afirmou.

Na sua opinião, o projeto — que seguiu à sanção — atende aos anseios da sociedade, que tem cada vez mais clareza da necessidade de combate à corrupção. A nova legislação, frisou Pimentel, permitirá ações mais contundentes no combate às organizações criminosas que atuam nos três Poderes.

— O Congresso cumpre com seu papel e dá ao Brasil uma série de avanços já adotados por outros países e que devem dar mais agilidade e eficácia ao combate a esse tipo de delito — disse.

Dados de CPI no processo contra Protógenes

O Conselho de Ética da Câmara dos Deputados solicitou ao Senado o compartilhamento das informações em poder da CPI do Cachoeira para avaliação no processo disciplinar, aberto em maio a pedido do PSDB, por quebra de decoro parlamentar, contra o deputado Delegado Protógenes (PCdoB-SP).

O pedido de investigação tem como ponto de partida reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* publicada em abril. O PSDB acusa o deputado de ter orientado o depoimento, em inquérito da Polícia Federal, de Idalberto Matias, conhecido como Dadá, acusado de fazer parte da organização liderada por Cachoeira.

O requerimento da Câmara foi lido durante a sessão plenária de terça-feira e seguirá para a CPI.